

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL DE COMUNIDADES: CONTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS EDUCATIVOS

Jorge Luis Zegarra Tarqui *

RESUMO

O presente artigo faz uma discussão das origens dos conceitos de desenvolvimento local sustentável, analisando as definições de autores e de organismos internacionais atuantes no tema. Observa-se que os conceitos trabalhados no Brasil tiveram uma origem fora do contexto da nossa realidade e que a prática deste novo modelo de desenvolvimento evidencia certas distorções na sua aplicação. Diante desta problemática discute-se: qual é o papel da Educação e como esta tem sido abordada nesta prática nas comunidade. Evidencia-se que o papel da educação está restrito ao âmbito da capacitação para o fortalecimento do capital humano, deixando-se de lado a formação plena do indivíduo atuante na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Sustentabilidade. Desenvolvimento.

ABSTRAC

This article discusses the origins of the concepts of local sustainable development, assessing the definitions of international organisms and authors. Related concepts now employed in Brazil originated from foreign contexts and are not in key with our reality. The application of concepts conjured up in such a disconnected way has provided evidence that this practice results in distortions. Within this framework the article discusses the role of education within the community. It argues that the role of education has been relegated to the function of capacitating and strengthening human capital, leaving aside the formation of a socially active individual.

KEYWORDS: Education. Sustainable. Development.

* Professor do Mestrado em Educação e Contemporaneidade da UNEB, Doutor em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, endereço: rua flamengo, quadra 07, lote 03, casa 01, bairro de Itapuã, Salvador, Bahia, Brasil. CEP: 416.35-480. e-mail: jlztarqui@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende introduzir novos pontos de discussão em torno dos temas de desenvolvimento local sustentável e a educação. Neste sentido inicia-se uma discussão das origens dos conceitos de desenvolvimento local sustentável, analisando as definições de autores e de organismos internacionais atuantes no tema. Observa-se que os conceitos trabalhados no Brasil tiveram uma origem fora do contexto da nossa realidade e que a prática deste novo modelo de desenvolvimento evidencia certas distorções na sua aplicação. Diante desta problemática discute-se: Qual é o papel da Educação e como esta tem sido abordada nesta prática nas comunidades? Evidencia-se então que o papel da educação está restrito ao âmbito da capacitação para o fortalecimento do capital humano, deixando-se de lado a formação plena do indivíduo atuante na sociedade.

1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL COMO MODISMO OU PROPOSTA ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO?

A literatura referente às experiências e definições de desenvolvimento local sustentável é grande e diferenciada. Encontram-se desde sofisticados manuais para o desenvolvimento local, emitidos por organismos internacionais (Banco Mundial, CEPAL, PENUD, etc) até documentos publicados por comunidades de bairro da periferia. Descrevendo, a seu modo, o que se entende por desenvolvimento local sustentável.

Dentro destas práticas, pretende-se analisar, inicialmente, qual é o verdadeiro papel da educação na proposta de desenvolvimento local sustentável. Será que a educação restringe-se a uma fase de capacitação (educação não-formal) para objetivos específicos dentro de programas de desenvolvimento?

Para um melhor entendimento, será necessário analisar o termo *de desenvolvimento local sustentável*, mediante as diferentes definições apresentadas por autores e organismos atuantes no tema.

2. DESENVOLVIMENTO: ECONÔMICO, SOCIAL E HUMANO

Segundo (SANTOS, 2002), o termo desenvolvimento desdobra-se, analiticamente, em desenvolvimento econômico e desenvolvimento social. A melhora do estágio econômico de uma comunidade em crescimento econômico, segundo ele, requer a elevação do rendimento de fatores de produção: recursos naturais, capital e trabalho.

Entende-se por desenvolvimento social a ampliação das condições de vida e do exercício da cidadania de uma dada população. Acesso à moradia, água tratada, abastecimento regular e controle da qualidade de alimentos, transportes, serviços municipais de saúde, educação, cultura, esportes, lazer, bem como atendimento ao trabalhador dos setores formal e informal, ao desempregado, ao micro-empresário, a grupos familiares e pessoas com necessidades especiais ou expostos a situações de risco são condições que precisam ser garantidas ao cidadão para viver com dignidade e exercer seus direitos. Os itens citados aqui, com certeza, farão parte de qualquer organização social, qualquer grupo de pessoas, condições que têm por referência os direitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988, (JUNQUEIRA e INOJOSA, 2004).

No mesmo contexto do desenvolvimento social, o PNUD (1998) define o desenvolvimento humano como:

... um processo abrangente de expansão do exercício do direito de escolhas individuais em diversas áreas: econômica, política, social ou cultural. Algumas dessas escolhas são básicas para a vida humana. As opções por uma vida longa e saudável, ou por adquirir conhecimento, ou por um padrão de vida decente, são fundamentais para os seres humanos.

Segundo BUARQUE,

O desenvolvimento humano constitui o desenvolvimento que seja capaz de aumentar as potencialidades das pessoas por meio de melhores condições de educação, treinamento, saúde, habitação, meio ambiente e alimentação, assegurando que os frutos do desenvolvimento econômico sejam trazidos em melhoras das condições de vida e que permitam que as pessoas tomem parte ativa participando das decisões que influenciam suas vidas. (BUARQUE, 1999, p. 17)

Com outro enfoque, mas com a mesma coerência, a (CEPAL, 1990) menciona que o modelo de desenvolvimento, para os países emergentes, fundamenta-se na necessária articulação entre racionalidade econômica e a ética social, de modo que a competitividade e a equidade passam a constituir o marco central de um modelo de desenvolvimento. Então, a visão ética social como novo paradigma do desenvolvimento alinham-se na necessidade de desenvolvimento

de recursos humanos (expressos em educação e qualidade de vida) como um fator fundamental para a *Competitividade Sistêmica, ou seja, a capacidade de uma economia local concorrer globalmente em um contexto de intensa competição econômica* (BUARQUE, 1999, p 17).” A equidade deve ser entendida como a igualdade de oportunidades de desenvolvimento humano da população, respeitando a diversidade sociocultural, mas assegurando a qualidade de vida e a qualificação para a cidadania e trabalho”.

BUARQUE menciona:

O modelo de desenvolvimento, com a transformação produtiva com equidade social da CEPAL, que se oriente para a qualidade de vida da população, para a equidade social e conservação ambiental constituem hoje um referencial teórico e político fundamental para a formulação das estratégias e para a viabilização do desenvolvimento local. (BUARQUE, 1999, p.20)

2.1. Desenvolvimento Local

Define-se como um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhora da qualidade de vida da população (BUARQUE, 1999, p. 23).

Por outro lado, o desenvolvimento comunitário é uma forma particular de um desenvolvimento local delimitado pelo espaço da comunidade. O local e o comunitário tendem a apresentar uma grande homogeneidade social e econômica e capacidade de organização e participação comunitária. Em termos de escala, o local ou comunitário podem ser menores que o espaço municipal, ou cortar mais de um município. (BUARQUE, 1999, p. 26 e 27).

Na Europa, especificamente na França, a descentralização e desenvolvimento local derivam de um longo processo histórico de reestruturação administrativa para utilizar plenamente o território, a fim de promover o desenvolvimento. Nesse processo da descentralização, ganhou força a concepção de desenvolvimento ‘endógeno’, baseada nas potencialidades locais. Essa visão, predominante em todos os países industrializados da Europa, a partir do final dos anos 70, implicou numa pressão social muito forte contra as políticas dos Estados centrais. Ela está na raiz da emergência da ideologia do desenvolvimento local, segundo a qual ao Estado cabe promover a concertação com as entidades territoriais, entidades associativas e empresas (os atores de baixo). (MAGALHÃES, 2003).

Outro aspecto a destacar, quanto à defesa do desenvolvimento local e da descentralização foram realizadas tanto pelos partidos de esquerda como e de direita. O neoliberalismo aborda o

desenvolvimento local na lógica do mercado, entendendo-se neste contexto que regiões e cidades deveriam ser autônomas e competitivas, isto é, devem reunir condições para atrair capitais para lutar pelo seu próprio crescimento. No caso da França, isso implicaria em promover atividades de forte conteúdo tecnológico, as quais eram objetos de preocupação do Governo central e das empresas, no âmbito local ou regional, com destaque em programas voltados para ampliar a capacitação tecnológica e a adequação da infra-estrutura física para pesquisa: universidades, centros de pesquisas, parques tecnológicos, tecnopólos, etc. A idéia predominante é que desenvolvimento tecnológico e o econômico estão intimamente ligados. (MAGALHÃES, 2003).

2.2. Sustentabilidade

Termo associado à capacidade, dentro da teoria de sistemas, de suporte do meio ambiente diante uma atividade. A sustentabilidade aparece devido ao reconhecimento da ameaça do atual modelo de desenvolvimento, porque suas bases materiais de reprodução estariam sendo comprometidas. ACSELRAD (1999)

Um instrumento de medida da sustentabilidade é a pegada ecológica, permite estimar os requerimentos de recursos naturais necessários para sustentar uma dada população, ou seja, quanto da área produtiva natural é necessário para sustentar o consumo de recursos e assimilação de resíduos de uma dada população humana. (DIAS, 2000, p. 234).

WACKERNAGEL e REES (1996) apresentam um estudo de pegadas ecológicas por países. Onde países desenvolvidos como Japão necessitam consumir 07 vezes a mais dos recursos naturais que se encontram no seu território. Os Estados Unidos necessita consumir 80% de recursos naturais a mais do que se encontram no seu território. Alemanha e Holanda precisam de 7,8 vezes e 19 vezes de recursos a mais, respectivamente. Cidades como Londres necessitam 120 vezes de recursos dos contidos nela.

De forma global, o resultado apresenta que 1,1 bilhão de habitantes (20% da população) da terra consome $\frac{3}{4}$ dos recursos naturais da terra, e que 4,8 bilhões (80% da população) sobrevivem com $\frac{1}{4}$ apenas.

Este balanço de consumo de recursos mostra que o modelo de desenvolvimento atual, predominante no mundo, determina um parasitismo dos países desenvolvidos. Na realidade, conclui-se que os países desenvolvidos consumam muito mais do que deveriam, apropriando-se

das áreas de outros países, para satisfazer suas demandas de consumo. Esta prática, historicamente, sempre aconteceu.

Fazendo um balanço do comércio internacional, constata-se que países em desenvolvimento exportam matéria prima, a preços baixos, para países desenvolvidos a fim de satisfazerem a demanda interna de consumo, e em troca importam produtos de alta tecnologia com preços mais elevados. Conclui-se que o sucesso econômico dos países desenvolvidos traz um grande passivo ecológico para o resto do mundo, e que os padrões de crescimento destes países tornam em risco a estabilidade do planeta..

Dentro dessa ordem observada, pretender que todos os países obtenham o mesmo desenvolvimento dos países industrializados é um suicídio ecológico. Se toda a população da terra vier a consumir o que os países ricos consomem, serão necessários 04 planetas Terra para suportar a demanda de recursos naturais.

A humanidade encontra-se diante de um paradoxo do desenvolvimento, o qual, a curto e médio prazo, não se vislumbra nenhuma saída.

2.3- Desenvolvimento Sustentável

“Atender as necessidades da geração presente sem comprometer a possibilidade de as gerações atenderem suas próprias necessidades”. Relatório Nosso Futuro Comum em 1988.

Diante esta declaração, deve-se perguntar, qual parcela da humanidade não deve ver comprometida a sua possibilidade de atenderem as suas necessidades? Será que essa parcela é o ¼ da população do mundo?

3. ESTUDOS DE CASOS DE PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E A EDUCAÇÃO

Considerando-se uma avaliação de relatórios das práticas de desenvolvimento local e de documentos sobre o tema observa-se alguns pontos de destaque:

- a) ...há trabalhos que utilizam o planejamento participativo para o Desenvolvimento Local Sustentável. O planejamento participativo emprega uma gama ampla de técnicas participativas no seu processo, onde se contempla a educação não formal na capacitação de atores sociais. (DOUROJEANNI, 2000).

b) "...a educação se insere dentro de uma área temática social-institucional, onde os problemas observados se restringem a questões: da infra-estrutura precária, a da oferta do serviço relacionada com os problemas de qualidade e quantidade. As soluções propostas são do tipo executivo e de melhoras na gestão da oferta do serviço. ” (DOUROJEANNI, 2000);

c) "...em muitos trabalhos a educação é considerada como instrumento de capacitação da mão de obra, a fim de favorecer os empreendimentos econômicos propostos” (SEBRAE, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma sucinta podemos ressaltar os seguintes pontos:

- a) A origem do termo de desenvolvimento local é consequência de um longo processo de descentralização nos Países Centrais da Europa. Onde, os aspectos da educação estão vinculados ao desenvolvimento de tecnologia e capacitação de recursos humanos com a finalidade de competitividade econômica dos espaços locais;
- b) O modelo de desenvolvimento local é capitalista;
- c) Nos documentos dos organismos mundiais e dos autores, sugere-se o modelo de desenvolvimento local, como caminho para o desenvolvimento dos países emergentes. Dentro desse discurso, a educação representa um instrumento para a competitividade na escala local. Os aspectos ou fatores relacionados à equidade social contribuiriam de forma sensível para esta competitividade;
- d) O processo de apropriação dos recursos naturais mundiais determinou um uso desigual dos mesmos, estabelecendo um parasitismo dos países desenvolvidos. Essa apropriação determinou uma ordem mundial histórica, onde os países desenvolvidos são grandes consumidores dos recursos naturais e os países em desenvolvimento são exportadores destes recursos;
- e) Quanto ao ponto de vista da sustentabilidade, observa-se ecossistemas, num espaço de macro-regiões onde se inserem os países desenvolvidos, com características heterotróficas. Em contraste, as macro-regiões, nas quais estão os países em desenvolvimento, constituem ecossistemas de certa forma estáveis;

Tendo em conta este panorama, não existe uma crítica ao modelo de desenvolvimento econômico capitalista como gerador da não sustentabilidade global. Na realidade, a procura da

sustentabilidade esta associada à diminuição dos impactos dos resíduos advindos das atividades humanas e à conservação e o uso racional dos mesmos.

Neste sentido, constata-se na prática que a educação se encontra restrita, às práticas de desenvolvimento local sustentável em nossos países, no âmbito da competitividade ou orientada para a diminuição dos impactos ou para conservação e uso racional dos recursos ambientais, não contempla a solução do problema de fundo, que é o modelo econômico estabelecido. O verdadeiro papel da educação deve fundamentar-se em um instrumento que desencadeie a discussão na sociedade sobre qual modelo de desenvolvimento se quer realmente.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade e desenvolvimento: modelos, processos e real,coes. Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático. Rio de Janeiro: FASE. 1999.

BUARQUE, S. Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável. Recife: IICA. 1999, 172 p.

CAPRA, F. As Conexões Ocultas. São Paulo: CULTRIX. 2002, 296 p.

DIAS, G. F. Educação Ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2000, 552 p.

DOUROJEANNI, A. Procedimientos de Gestión para el Desarrollo Sustentable. Santiago de Chile: CEPAL. 2000, 372 p.

JUNQUEIRA, L. A. P. e INOJOSA, M. R. Desenvolvimento social e intersetorialidade na estação pública municipal, acessado em <http://www.datasus.gov.br/cns/inovador/FORTALEZA.htm>, 2005.

MAGALHÃES, H. Planejamento do Território: origen do modelo Francês. Revista Veritati. Salvador: UCSal, 2003. Ano II, No 3, 69- 87.

SEBRAE. Plano de Desenvolvimento Municipal de Aurélio Leal. Ilheus:PRODER. 2002. 15 p.

WACKERNAGEL, M. e REES, W. Our Ecological Footprint. The new catalyst bioregional series. New Society Publishers. Gabriola Island , B. C. Canada, 1996, 160 p.